

3 MAI 1984

As soluções para a dívida

externa

do Financial Times
(Continuação da 1ª página)

a atuação do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, dos bancos comerciais, questões contábeis nos Estados Unidos e exterior e o papel da política de supervisão bancária.

Bakstansky explicou que a conferência não tem a finalidade de chegar a uma solução instantânea para o atual problema da dívida, mas situá-lo a longo prazo e discutir quais modificações em áreas como financiamento e acordos institucionais poderão facilitar o ajuste a longo prazo nas formas de concessão de créditos aos países devedores.

A conferência será limitada a representantes dos bancos centrais e a outros funcionários de órgãos reguladores, mas um ou dois elementos de outros setores (incluindo representantes de bancos comerciais) foram solicitados a fazer palestras especiais.

(Continua na página 2)

Mais de cem grandes empresas norte-americanas vão criar em meados deste mês um comitê assessor para participar das negociações com os países endividados. Preocupadas com os efeitos da redução dos financiamentos sobre seus negócios, elas vão tentar através do comitê melhorar os programas de concessão de crédito às exportações para o Terceiro Mundo.

(Ver página 16)

3 MAI 1984
do Financial Times

As soluções para a dívida

Autoridades dos maiores bancos centrais do mundo participarão de uma reunião especial de três dias em Nova York, na próxima semana, para discutir possíveis soluções a longo prazo para a crise internacional da dívida, que se prolonga há dois anos.

O Fed de Nova York, que desempenhou importante papel para aliviar a crise da dívida, está patrocinando a conferência, que contará com a participação de presidentes e de altos funcionários dos bancos centrais dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

O propósito da reunião é colocar o problema da dívida internacional dos dois últimos anos "em uma perspectiva a longo prazo".

O vice-presidente do Fed de Nova York, Peter Bakstansky, declarou que a conferência "explorará medidas concretas e práticas que poderão ser tomadas pelos credores, tomadores e instituições oficiais, com a finalidade de restabelecer o financiamento aos países menos desenvolvidos em uma base mais estável".

A conferência incluirá uma série de palestras e discussões, cobrindo áreas como os atuais acordos institucionais, técnicas de financiamento e políticas contábeis. Serão também distribuídos estudos sobre

Em seu último relatório, o Fed de Nova York afirma que, embora muitos dos mais problemáticos reescalonamentos já tenham sido negociados e que as preocupações mais profundas sobre a crise da dívida pareçam equacionadas, "os problemas não foram solucionados e provavelmente não o serão de uma forma global por um longo tempo".

O banco afirma que os bancos comerciais, os governos e o FMI "terão de trabalhar a respeito de algumas formas adequadas para canalizar capital aos países em desenvolvimento. Os empréstimos bancários a curto prazo em taxas variáveis não constituem o meio de transferir economias dos países ricos aos pobres".

CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS

Uma das questões possivelmente a serem discutidas é a capitalização dos pagamentos de juros, por parte dos bancos, sobre empréstimos aos países tomadores em dificuldades financeiras. Isto significa agregar os juros vencidos ao capital total, em lugar de estes serem saldados.

Alguns dos principais banqueiros europeus têm argumentado há algum tempo que, em certos casos, os países em desenvolvimento deveriam ser autorizados a capitalizar os pagamentos de juros. Os bancos norte-americanos, no entanto, opuseram-se a isso, tanto por motivos contábeis quanto por temerem que o mercado de ações reaja negativamente a qualquer iniciativa que possa repercutir sobre o fluxo de caixa e liquidez a curto prazo das instituições.

"CONCESSÕES REAIS"

No mês passado, por exemplo, o ex-presidente do Bundesbank da Alemanha Ocidental, Otmar Emminger, declarou aos banqueiros que participavam da conferência anual da Associação de Banqueiros para o Comércio Externo,

Alfonsín não alterará metas

O presidente Raúl Alfonsín, da Argentina, insistiu que não recuará de suas metas econômicas originais, apesar de sua intenção de chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O presidente repetiu suas metas de 1984 de expansão econômica real de 5%, aumentos salariais de 6 a 8%. De acordo com um estudo, no entanto, os salários já subiram 6,5% no primeiro trimestre. A inflação, atualmente atingindo a taxa anual próxima a 800%, precisa ser reduzida à metade, disse Alfonsín, informou a AP/Dow Jones.

Ao continuar a prometer aumentos salariais reais, o presidente parece con-

tradicar as declarações feitas no mês passado por seu negociador-chefe junto ao FMI, o economista Raul Prebisch, que classificou de inadequada a política salarial porque estava alimentando a inflação. Prebisch tinha firmado em um protocolo de entendimento ao FMI que a política salarial de Alfonsín seria mudada.

Segundo o jornal de Buenos Aires, El Cronista Comercial, os bancos centrais de Brasil, México, Colômbia e Venezuela concordaram em prorrogar por trinta dias o pagamento de US\$ 300 milhões emprestados em março ao país para pagar os juros atrasados a bancos norte-americanos.

em San Diego, que "haverá ocasiões nas quais os banqueiros terão de fazer 'concessões reais' para auxiliar os países em desenvolvimento a superar a crise da dívida. Em alguns casos, poderá ser mais vantajoso capitalizar os juros vencidos, em lugar de fornecer novos empréstimos, outra e outra vez, apenas para cobrir os pagamentos de juros não saldados".

Emminger acrescentou que os reguladores bancários norte-americanos deveriam considerar uma reformulação em suas normas, para proporcionar maior flexibilidade aos bancos para tais soluções.

PREOCUPAÇÃO

Nicholas Colchester, de Londres, acrescenta que as restrições reguladoras que impedem os bancos de capitalizar os juros são particularmente rigorosas nos Estados Unidos, apesar de essa tese estar recebendo crescente apoio.

Funcionários do governo em Washington deixaram claro, nas últimas semanas, sua preocupação quanto a ter de alterar a política monetária dos EUA de forma a manter as taxas de juros norte-americanas em um nível suportável às nações mais endividadas. Os funcionários assinalaram que desejavam experimentar outros meios para aliviar as posições do fluxo de caixa de tais países.

Sri Lanka e FMI rompem conversação sobre "stand-by"

do Financial Times

O Sri Lanka e o Fundo Monetário Internacional (FMI) suspenderam as negociações sobre um crédito "stand by" destinado a ajudar o país a superar seus problemas econômicos na esteira da agitação civil, que abalou a ilha no verão passado.

O ministro das Finanças do Sri Lanka, Ronnie de Mel, que acaba de retornar de conversações com o FMI e com o Banco Mundial, em Washington, afirma que o país terá um superávit de balanço de pagamentos de US\$ 60 milhões neste ano, principalmente como resultado da alta dos preços do chá e da borra-

cha, e os US\$ 50 milhões do FMI não são necessários.

Entretanto, parece evidente que os cortes orçamentários de US\$ 140 milhões tiveram efeitos danosos para o país, conforme as condições rigorosas para a obtenção de um crédito "stand by". Agora nova divergência fundamental existe sobre as medidas de austeridade. Estas incluiriam uma desvalorização adicional da rúpia de Sri Lanka.

O ministro admite que a adoção de novas medidas de austeridade seria difícil em uma época quando a estabilidade política do país está em risco devido ao problema da comunidade minoritária tâmil da ilha.